

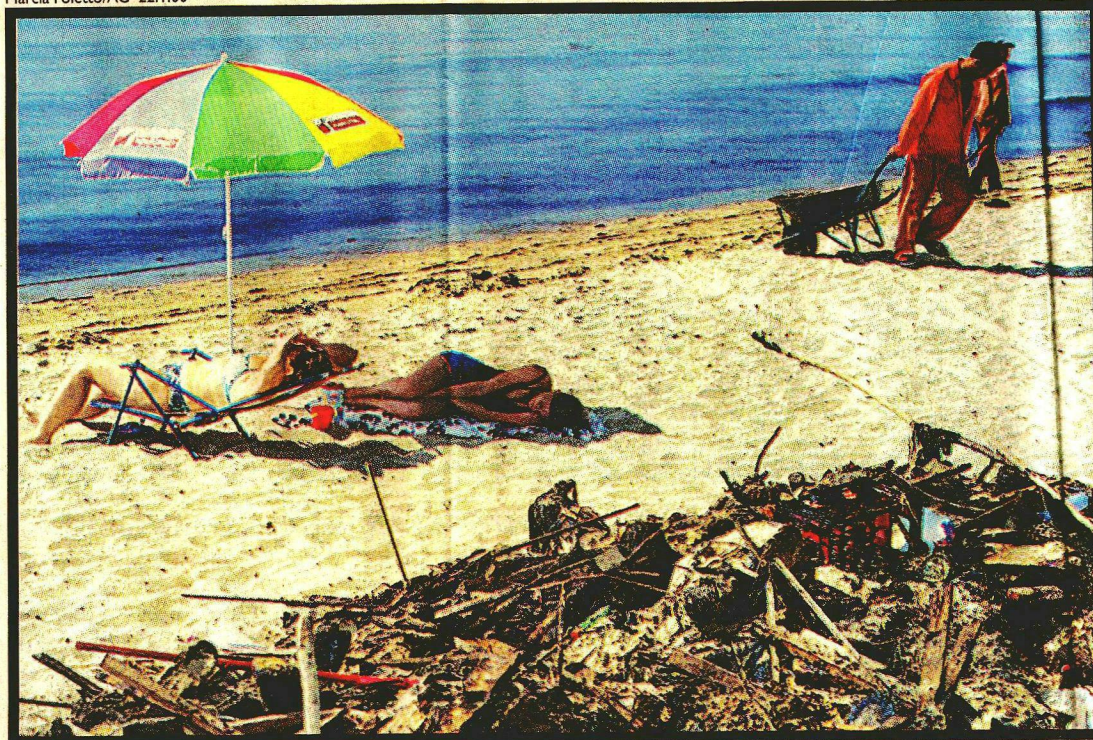
POUCO DINHEIRO

Dezessete estados brasileiros descumprem a Constituição ao não destinar um valor mínimo da arrecadação para a área sanitária. O Maranhão, que deveria aplicar 8% da sua receita tributária no setor em 2001, gastou apenas 1,76%

Investimento menor na saúde

César Henrique Arrais
Da equipe do **Correio**

Márcia Foletto/AG 22.1.00



NO RIO DE JANEIRO, O ORÇAMENTO DA SAÚDE INCLUIU A LIMPEZA DAS PRAIAS E A ALIMENTAÇÃO DE PRESOS

No Rio de Janeiro, a limpeza de praias e a alimentação de presos são investimentos de saúde. No Paraná, os custos do Instituto Médico Legal (IML) — onde se faz autópsia em mortos — também são apresentados como verba aplicada em assistência sanitária. O orçamento da companhia de saneamento é tratado como dinheiro da Saúde no Maranhão. Assim como é, no DF, o gasto com a Escola Superior de Ciências da Saúde.

Dezessete estados brasileiros tentam burlar a Constituição com gastos que pouco ou nada têm a ver com a saúde. Uma emenda constitucional, válida desde 1999, obriga a vinculação de recursos da receita tributária da União, estados e municípios à área sanitária. A legislação prevê que os investimentos estaduais no setor devem aumentar progressivamente até alcançar, ano que vem, 12% da receita. Para fingir que estão cumprindo a determinação, os estados incluem na prestação de contas tudo quanto é tipo de despesa.

Previdência de servidores, distribuição de cestas básicas, programas de pão e leite, saneamento básico, escolas, merenda escolar, habitação e limpeza urbana. Nada disso, pela legislação, é gasto em saúde. “A lei é uma determinação constitucional. O estado que não a cumpre corre risco de sofrer uma intervenção federal”, explica Elias

Antônio Jorge, coordenador-adjunto do Sistema Integrado de Orçamentos Públicos em Saúde (Siops) do Ministério da Saúde.

Alguns estados passam longe de cumprir a lei. No Maranhão, os investimentos em saúde em 2001 foram os menores do país, 1,76% da receita, quando deveriam ser de 8%. No Paraná, um dos mais ricos do Brasil, só 3,7% do dinheiro arrecadado com impostos estaduais foram aplicados na área sanitária em 2001. “Na última década, nunca se investiu mais que 4%”, diz Mário Lobato, diretor de Sistemas de Saúde do governo paranaense.

O MÍNIMO

12%

é o mínimo que cada estado deve investir, do próprio orçamento, em prevenção e assistência à saúde em 2004

Para este ano, os investimentos previstos também são inferiores a 4%. “O orçamento foi feito no governo anterior.

No papel, até parece que a soma é maior. Mas, na verdade, eles usaram artifícios absurdos para enganar a população”, disse Lobato, referindo-se à gestão do ex-governador Jaime Lerner. O atual, Roberto Requião, comprometeu-se a aumentar os gastos a pelo menos 10% da receita este ano. Mas, segundo Lobato, será uma missão quase impossível atingir a meta estipulada pela lei para 2004. “O estado nunca se preocupou em cumprir a legislação. Teremos que fazer um esforço tremendo para reverter a situação este ano”, explica.

DESCUMPRIMENTO

Dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, dez conseguiram cumprir a lei de aplicação mínima de recursos recolhidos com impostos estaduais para o setor de saúde em 2001.

Estado	O mínimo obrigatório por lei	O valor investido de fato
Rondônia	8,67%	10,07%
Acre	12%	14,80%
Amazonas	12%	21,25%
Roraima	11,51%	14,20%
Pará	8,62%	8,88%
Amapá	12%	10,35%
Tocantins	8,90%	12,30%
Maranhão	8%	1,76%
Piauí	8%	7,11%
Ceará	10,15%	7,51%
Rio Grande do Norte	12%	11,64%
Paraíba	8%	18,33%
Pernambuco	8,90%	10,94%
Alagoas	8%	7,59%
Sergipe	8%	4,97%
Bahia	9,06%	8,83%
Minas Gerais	8%	6,91%
Espírito Santo	10,70%	12,23%
Rio de Janeiro	8%	5,05%
São Paulo	8,64%	8,94%
Paraná	8%	3,70%
Santa Catarina	9,41%	8,02%
Rio Grande do Sul	8%	7,19%
Mato Grosso do Sul	8%	6,81%
Mato Grosso	8%	6,33%
Goiás	10,17%	8,78%
Distrito Federal	10,19%	8,91%